

Apresentação

Os Editores

Para esta edição de Anos 90 temos o prazer de apresentar uma entrevista feita com Barbara Weinstein, que gentilmente aceitou dialogar com Regina Xavier, que pertence ao corpo editorial de nossa revista, sobre sua experiência na direção da *American Historical Association* (AHA), a mais importante instituição de historiadores dos Estados Unidos, além de nos relatar sua trajetória de pesquisa e de trabalho, de discutir conosco sobre os debates em torno das relações raciais e da história comparada, sobre modernidade, regionalismos e nacionalidade, entre outros assuntos, muitos dos quais se inserem na temática do “dossiê” África-Brasil, que estamos trazendo ao público. A participação desta importante historiadora constitui, sem dúvida, uma enorme contribuição para nossa revista. Agradecemos, desde já, sua colaboração.

Também somos gratos à American Historical Association que autorizou a publicação da tradução do artigo de Frederick Cooper, que abre nosso número temático, e, da mesma forma, agradecemos ao autor por sua autorização. O dossiê tem como tema as relações entre África e Brasil em suas mais diferentes perspectivas e abre suas páginas para a pluralidade de temáticas, periodizações e orientações teórico-metodológicas, com o objetivo de enriquecer o debate historiográfico. O artigo de Cooper foi originalmente publicado em *The American Historical Review*¹ e tem como objetivo reexaminar

a história colonial da África. Para tanto, ele propõe uma análise problematizada das historiografias africana, asiática e latino-americana. Ele observa o diálogo entre ambas, destacando, entre os estudiosos africanos, vários movimentos, desde a ênfase nacionalista no conceito de resistência e integridade pré-colonial; a perspectiva desenvolvimentista e o destaque para o papel do Estado na construção de uma soberania africana; a desilusão nos anos 1970 com o processo de independência da África e a aproximação com a teoria da dependência latino-americana. Em segundo lugar, Cooper destaca algumas das características dos Estudos Subalternos, referindo-se à investigação sobre o ocultamento do sujeito do povo colonizado operacionalizado pelas teorias européias que, por sua vez, abriu caminho para um exame crítico do processo de elaboração das próprias categorias do conhecimento, para a crítica à modernidade e às pretensões universalistas do discurso ocidental. No entanto, este autor cita estas proposições para, inspirado pelo diálogo possível entre estas historiografias, apontar seus limites, convidando o leitor a reexaminar conceitos como de subalternidade e colonialismo, a repensar o papel do capital e do Estado, a se questionar sobre as relações de poder, a reavaliar conceitos como modernidade, liberalismo, cidadania. Todas essas questões propostas pelo autor continuam a desafiar aqueles interessados na história colonial.

Rodrigues, em seu artigo, analisa o período colonial enfatizando as relações diplomáticas estabelecidas entre os reinos africanos, os portugueses, ingleses e brasileiros, em um momento em que a organização do comércio de escravos se transformava, tornando cada vez mais importante, uma investigação mais apurada sobre a relação entre a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e a manutenção da unidade territorial brasileira. O artigo chama a atenção para um aspecto ainda relativamente pouco conhecido entre nós, qual seja, a capacidade de negociação dos diferentes povos do litoral africano no contexto colonial. Ganha destaque, neste sentido, o tratado entre portugueses e ingleses em 1810, pois, se por um lado, ele pode ser compreendido a partir do contexto

européu, deve, por outro, ser percebido através do impacto que significou para os brasileiros e em sua relação com a Corte portuguesa, além do contínuo afastamento dos reinos africanos das negociações e organização do tráfico de escravos. O texto de Rodrigues nos convida a pensar, não apenas no comércio de escravos como um negócio explorado, organizado e mantido pelas monarquias européias, mas, principalmente, em sua relação intrínseca com a África e o Brasil.

Há, ainda, dois artigos que se destinam a refletir sobre a África no período mais atual. O primeiro deles, de Saraiva, busca compreender qual o lugar que este continente ocupa no início deste século, na nova ordem mundial. Torna-se relevante à análise sobre o processo de formação dos estados independentes, a atual diminuição dos conflitos armados, a crescente democratização dos Estados nacionais, o crescimento econômico, o papel das elites africanas, a importância dos investimentos chineses e norte-americanos, as relações com o Brasil. O autor busca, ainda, reavaliar a inserção da África no sistema internacional, tendo Moçambique como caso emblemático. Saraiva se interroga sobre a importância das reivindicações africanas por maior autonomia, sobre a busca de soluções para as desigualdades sociais e a extensão da cidadania. Rizzi, por sua vez, tem como questão central as relações diplomáticas estabelecidas entre Angola e Brasil, entre 1990 e 2002, buscando perceber como as relações externas não podem ser dissociadas das questões internas. Neste sentido, a autora destaca, por um lado, o impacto da guerra civil angolana e, por outro, a busca por estabilidade econômica brasileira na definição e no amadurecimento das políticas externas. A autora destaca, ainda, na área econômica, a importância da presença de empresas brasileiras estatais e privadas em território angolano, além da relevância dos acordos estabelecidos em torno da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), seja no âmbito da cooperação técnica, seja em questões sociais, educativas e culturais.

Na reflexão sobre as experiências dos africanos e dos seus descendentes no Brasil, este número de nossa revista apresenta o estudo de dois jovens pesquisadores, que investigam os significados

das alforrias no Rio Grande do Sul. Aladrén delinea o padrão observado pelas cartas de liberdade em Porto Alegre e Scherer, por sua vez, focaliza as experiências de liberdade em Rio Grande. Ambos os autores fazem um levantamento estatístico que revela, contudo, diferenças no perfil dos alforriados nestas localizações. Enquanto os alforriados nascidos no Brasil são majoritários em Porto Alegre, em Rio Grande, predominam os africanos. Para melhor compreender o significado destes dados estatísticos, ambos analisam a composição do grupo dos escravos, problematizando suas diferenças internas e as formas diversas de obtenção da liberdade. Em Porto Alegre, por exemplo, os africanos, em geral, alforriavam-se indenizando seus senhores através da compra, destacando-se, ainda, aqueles provenientes da África Ocidental. Já os nascidos no Brasil, as obtinham através de cartas concedidas gratuitamente ou sob condições suspensivas. Em Rio Grande, por sua vez, a maior parte das alforrias eram concedidas aos africanos, mediante compra, tendo também especial relevância aqueles da África Ocidental. Apesar das diferenças assinaladas, ambos destacam a importância da investigação das redes sociais tecidas pelos escravos para uma melhor compreensão deste processo. Aladrén vai apontar entre os africanos, as formas de organização comunitária e, entre os nascidos no Brasil, o impacto da política de domínio paternalista. Scherer, a seu turno, vai enfatizar a importância da agência de Minas e Nagôs, a necessidade de se investigar de forma aprofundada o peso das questões étnicas no acesso a liberdade. Estes estudos representam uma contribuição importante para o desenvolvimento do tema e convidam o leitor ao debate sobre as relações entre cor e naturalidade na definição das categorias utilizadas em estudos estatísticos, sobre a importância de se investigar o próprio processo de elaboração das identidades étnicas no Brasil, o sentido do paternalismo, entre outras indagações.

A questão da etnicidade também faz parte das preocupações dos artigos apresentados por Zubarán e Nogueira. No primeiro, a autora analisa o jornal *O Exemplo* com o objetivo de perceber quais os significados atribuídos pelas lideranças negras à liberdade, através

da leitura das múltiplas comemorações feitas por ocasião das datas da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea. Zubaran preocupa-se em perceber a identidade afro-brasileira como resultado de negociações, relacionadas às memórias da experiência da escravidão e do pós-emancipação, da resignificação da ancestralidade africana, da construção de formas de luta contra o racismo e a discriminação. Nogueira, por sua vez, vai partir da análise de leis e decretos estabelecidos no quadro da política oficial do patrimônio cultural no Brasil para propor uma discussão em torno do próprio conceito de patrimônio cultural – na busca de perceber como ele se elabora dentro de um processo de lutas, no qual indivíduos ou grupos atribuem significados próprios ao patrimônio que são, por sua vez, importantes para a construção de suas memórias, da percepção das relações étnico-raciais e das identidades sociais. A importância da definição da cultura afro-brasileira é entendida, portanto, no contexto da luta pelo direito à memória e à cidadania.

Mais polêmico, sem dúvida, é o artigo de Silva que problematiza a lei n.10.639 que favorece a inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares. O autor, referindo-se a alguns livros didáticos, publicados recentemente, acusa a ênfase dada as “Áfricas no Brasil”, apontando uma africanização da história brasileira em detrimento de estudos sobre as relações euro-brasileiras e interamericanas na formação do mundo atlântico. O autor se detém no que intitula “presentismo negro”, pensado como um “regime de historicidade” que se explicita no processo de patrimonialização material e imaterial, na relação com a memória e as ações comemorativas. Silva, por fim, aponta a necessidade de estudos comparativos sobre identidades híbridas afro-americanas. O artigo, pois, insere-se no debate historiográfico e político sobre o significado das experiências históricas africanas, americanas e européias no mundo atlântico.

Os artigos que compõem o dossiê trazem, pois, diversas perspectivas analíticas e vem se somar aos nossos esforços em promover o estudo desta temática, em aprofundar os debates no âmbito de nosso programa de pós-graduação.

Na sessão de artigos gerais, a Anos 90 apresenta a contribuição de dois autores, Farinatti e Kerber. O primeiro propõe uma investigação minuciosa sobre o processo de assalariamento nas estâncias sul-rio-grandenses, dialogando de maneira crítica com uma historiografia tradicional que retratou o peão como um “homem errante” ou “solto”, sem vínculo social e familiar importante. O autor vai questionar esta imagem ao estudar o município de Alegrete no século XIX. O segundo artigo tem como objetivo analisar o universo musical de Carlos Gardel e Carmem Miranda, no intuito de investigar o processo de construção de identidades étnicas e nacionais. Ambos enriquecem, sem dúvida, os debates sobre a história agrária, do trabalho e da construção de identidades nacionais.

Na sessão de resenhas, a escrita por Cabral, sobre o livro de Enrique Rubio, tem como tema a história das esquerdas diante de um processo de mundialização, e a de Freire comenta a tese de doutoramento de Eliesse Scaramal que versa sobre a história do povo haitiano. Esta última resenha está, portanto, afinada com o tema do dossiê.

O volume África-Brasil recebeu inúmeras contribuições, que, somadas, às colaborações regulares que a revista recebe de modo contínuo, totalizaram, para esta edição de Anos 90, quase vinte artigos que precisaram ser avaliados. O trabalho dos pareceristas tem sido muito valioso, pois não apenas, na sua condição de especialistas em determinado assunto, auxiliam a Comissão Editorial na decisão de selecionar os artigos, mas também porque, nas considerações de seus pareceres, oferecem aos autores contribuições que são fruto de leituras cuidadosas e interessadas. Assim, gostaríamos de agradecer aos colegas que auxiliaram o trabalho da Comissão Editorial: Adalberto Paranhos (UFU), Álvaro Pereira Nascimento (UFRRJ), Beatriz Mamigonian (UFSC), Carlos Arturi (UFRGS), Carlos Henrique de Carvalho (UFU), Célia Azevedo (UNICAMP), Cristina Pecequilo (UNESP), Cristina Wissenbach (USP), Eduardo Silva (Fundação Casa de Rui Barbosa), Elisabete Leal (UFPEL), Enrique Serra Padrós (UFRGS), Helen Osório (UFRGS), Hélio Ricardo Alves (FURG),

José Augusto Avancini (UFRGS), Keila Grinberg (UFRJ), Lúcia Helena Silva (UNESP), Márcia Motta (UFF), Patrícia Schermann (UNIFESP), Paulo Moreira (UNISINOS), Paulo Zarth (UNIJUÍ), Roberto Guedes (UFRRJ), Roger Kittleson (Williams College), Tânia de Luca (UNESP) e Zita Possamai (UFRGS).

Proseguimos nosso trabalho de dinamização da Anos 90. Criamos uma conta eletrônica específica para a revista, o que mantém contínuo o fluxo de contatos, mesmo com alternância de gestões. Obtivemos o ISSN para nossa versão digital e a revista foi incluída no Portal de Periódicos da CAPES, aumentando sua visibilidade e divulgação. Considerando que nossa revista é editada com recursos públicos, entendemos que o acesso livre à produção científica divulgada através dela seja uma política acertada. De qualquer forma, mantemos aberta a comercialização da versão em papel da revista, que possui alguns elementos estéticos que nem sempre podem ser percebidos na versão *on line*. No que tange às capas, para citar um desses itens estéticos, após uma série de capas humoradas, passamos a utilizar imagens de acervos históricos, introduzindo uma pequena série de motivos étnicos.

Os inúmeros esforços que são necessários para editar uma revista científica, mantendo um perfil de qualidade acadêmica reconhecida na área e padrões técnicos recomendados pela moderna editoração, podem ser avaliados pelo acúmulo de informações na Ficha Técnica que está a demandar um espaço maior para comportar tantos créditos.

Notas

¹ A revista, em seu número 5 do volume 99, de dezembro de 1994, organizou um fórum do qual participaram, além de Frederick Cooper, Gyan Prakash, (“Subaltern studies as postcolonial criticism”) e Florencia E. Mallon (“The promise and dilemma of subaltern studies: perspectives from Latin American History”).

